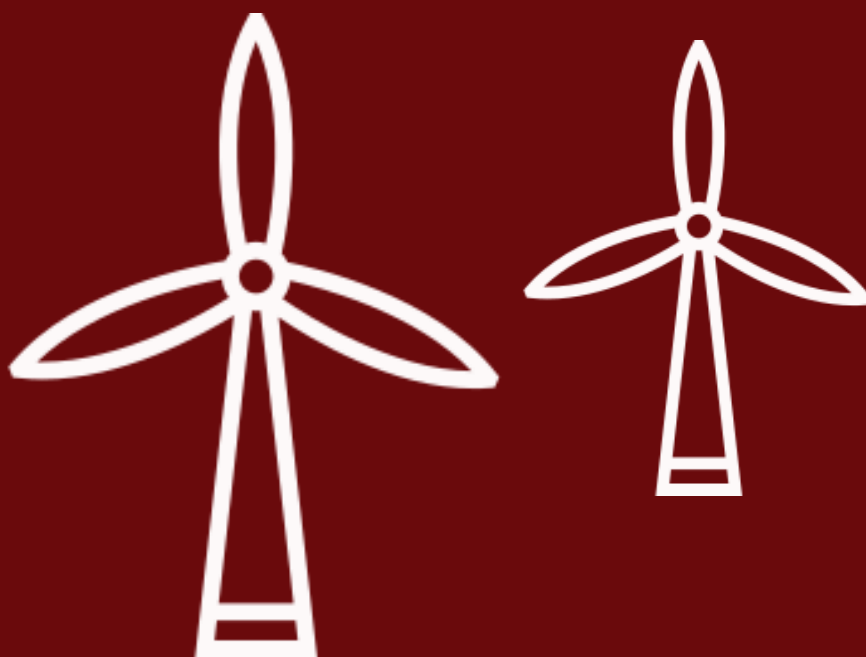


Parecer de Segunda Opinião

3ª Debênture Verde do Grupo Omega Geração



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

15 de setembro de 2020

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise da Emissão	5
IV. Performance Socioambiental dos Projetos	9
IV.a. Complexos Eólicos Delta 7 e 8	9
IV.b. Complexo Eólico Assuruá III (CEA III)	12
V. Performance ASG do Grupo Omega Geração.....	14
Método	20
Formulário Green Bond Principles	23

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma segunda opinião sobre o enquadramento como Título Verde ('Green Bond') da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Omega Geração S.A.. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para reembolso de gastos relacionados à implementação de dois empreendimentos eólicos que já estavam operacionais na época da aquisição pela emissora.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Análise da emissão de acordo com a escritura do título e com demonstrações financeiras do Grupo Omega Geração;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pelo Grupo Omega Geração, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial. Esse processo foi realizado em agosto e setembro de 2020.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS), *Green Bond Principles* (versão 3.0), *Climate Bond Standards* e a publicação 'Não perca esse bond: Ativos e projetos elegíveis à emissão de Títulos Verdes em setores chaves da economia brasileira' (SITAWI).

1 <http://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/GBP-2016-Final-16-June-2016.pdf>

2 https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

II. Opinião

A SITAWI confirma que a emissão da Omega Geração S.A. está alinhada aos *Green Bonds Principles* e, portanto, se caracteriza como Título Verde, com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável.

Essa conclusão é baseada nas duas análises a seguir:

- Emissão (seção III)
 - a. Os recursos serão utilizados para reembolsos de custos relacionados a implantação de projetos de geração de energia eólica operacionais quando da sua aquisição pela emissora, com potencial de ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN), categorias alinhadas aos *GBP* e a *Climate Bonds Taxonomy*³;
 - b. Os projetos que utilizaram os recursos e estão sendo reembolsados por meio do Título Verde foram definidos na escritura da emissão. Esses projetos estão alinhados com a estratégia da Omega e oferecem benefícios ambientais tangíveis;
 - c. A emissora está comprometida em reportar anualmente os benefícios ambientais dos projetos.
- Projetos (seção IV)
 - a. Os projetos têm performance confortável ou satisfatória em todas as dimensões analisadas: ambiental, comunidades, trabalhadores e sistema de gestão socioambiental;
 - b. Não foi identificada nenhuma controvérsia negativa envolvendo os projetos;
 - c. A gestão socioambiental da Omega define de maneira clara as formas de medir, prevenir, mitigar e compensar os eventuais efeitos negativos dos projetos implantados, cujos custos e despesas estão sendo reembolsados por meio da emissão de debêntures.
- Emissora (seção V)
 - a. A emissora possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões ambiental e social, e superior em governança;
 - b. A empresa enfrenta controvérsias de nível de severidade predominantemente baixo, para as quais possui capacidade de resposta adequada;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG de seu portfólio.

Equipe técnica responsável



Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Gerente de Pesquisa e
Avaliação
calves@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 15/09/2020

³ <http://www.climatebonds.net/standards/taxonomy>

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora do grupo Omega Geração ou de suas subsidiárias. A SITAWI está conduzindo um outro projeto de consultoria ASG para a Omega Geração, cujo escopo não tem conexão com o tema Títulos Verdes. Ainda assim, para mitigar o potencial conflito de independência e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolvem no projeto de consultoria ASG e vice-versa. Ademais, a SITAWI já emitiu sua opinião independente a respeito de outras duas emissões de títulos verdes do Grupo Omega Geração, em 2017. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma segunda opinião acerca da emissão de debêntures verdes da emissora.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁴ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁴ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise da Emissão

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Green Bond Principles (GBP)* e *Climate Bonds Taxonomy*. Os princípios auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre os princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, avaliaremos o alinhamento da debênture verde do grupo Omega Geração com os quatro componentes dos GBP.

Uso dos Recursos

Os recursos da emissão da Debênture Verde serão destinados para reembolso de custos relacionadas à implantação de projetos de geração de energia eólica, que tiveram suas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) controladoras adquiridas pelo Grupo Omega Geração quando já operacionais. Os projetos de geração selecionados estão listados na Tabela 1.

Os GBP reconhecem explicitamente a energia renovável proveniente de fonte eólica como categoria de projeto elegível para caracterização como Título Verde. Adicionalmente, a *Climate Bonds Taxonomy* provê definições gerais para emissoras sobre quais tipos de projetos estariam aptos a receber a titulação verde. A categoria de projeto relacionado a energia eólica está incluída nas definições da *Climate Bonds Taxonomy*, englobando as seguintes atividades:

- 1) Desenvolvimento e construção de complexos eólicos; e
- 2) Infraestrutura de transmissão de interesse restrito associada a complexos eólicos.

No caso da Debênture Verde do Grupo Omega Geração, os recursos a serem reembolsados são relacionados à implantação de fazendas eólicas onshore, as quais já estavam operacionais na época da aquisição.

De acordo com SITAWI (2018), numa análise de ciclo de vida, a energia eólica apresenta reduções superiores a 90% nas emissões de gases de efeito estufa quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

Além disso, a emissão do Grupo Omega Geração pode contribuir para as metas brasileiras para o acordo de Paris, das quais:

- Expandir o uso de fontes renováveis na matriz, além da energia hídrica, para cerca de 28% a 33% até 2030;
- Expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar;

Tabela 1- Projetos selecionados de geração de energia eólica

SPEs	Projeto de geração	Capacidade instalada (MW)	Estado	Status do projeto
Delta 7 I Energia S.A. Delta 7 II Energia S.A. Delta 8 I Energia S.A.	Delta 7 e 8	97,2	Maranhão	Em operação desde 10/2019
Parque Eólico Laranjeiras III S.A. Parque Eólico Laranjeiras IX S.A.	Assuruá 3 (CEAIII)	50	Bahia	Em operação desde 04/2019

Portanto, o Uso de Recursos da emissão do Grupo Omega Geração está alinhada às categorias dos GBP e às atividades elegíveis a Título Verde de acordo com a *Climate Bonds Taxonomy*, além de possuírem contribuição efetiva para atingimento dos compromissos do Brasil com o Acordo de Paris.

Processo de avaliação e seleção do projeto

O processo de seleção dos projetos para a emissão da Debênture Verde, incluindo a identificação de uma categoria elegível, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de performance, ficaram a cargo da emissora, através de processo interno.

O Grupo Omega Geração é focado na geração de energia renovável, gerindo projetos de energia eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A missão da empresa é “fornecer energia sustentável por meio de uma eficaz rede composta por pessoas, clientes, investidores, fornecedores e comunidade, gerando prosperidade a todos a partir de retornos superiores”.

Os benefícios ambientais gerados pelos projetos de geração elétrica renovável e a parcela correspondente ao percentual representado pelo volume de emissão das debêntures, frente aos investimentos totais realizados nos projetos verdes se encontram na Tabela 2. Para cálculo da emissão de gases de efeito estufa (GEE) evitada anual foi considerado que a média de toneladas de CO₂e emitidas por GWh gerado na matriz elétrica brasileira⁵ em 2019 seria evitada por GWh gerado anualmente nos parques eólicos.

Tabela 2 - Benefícios ambientais dos projetos de geração renovável

Benefício ambiental	Total dos projetos	Parcela da Debenture (23,74%)
Capacidade instalada (MW)	147,2	34,9
Delta 7 e Delta 8	97,2	23,1
CEAIII	50	11,9
Geração Anual* de Energia Renovável (GWh)	537	127,5
Delta 7 e Delta 8	317	75,3
CEAIII	220	52,2
Emissões de GEE evitadas anual (mil tCO₂e)		
Delta 7 e Delta 8	23,77	5,64
CEAIII	16,50	3,91

*Estimada pelo Grupo Omega Geração para 2020

⁵ Média de 0,0750 tCO₂/MWh gerado na matriz brasileira de acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2019)

Os recursos da Debênture Verde serão alocados para reembolso de custos relacionadas a implantação dos dois projetos eólicos, operacionais quando da sua aquisição pela emissora. Isso garante que os recursos foram aplicados em categorias elegíveis a receberem o rótulo de Título Verde. Além disso, os projetos possuem performance socioambiental satisfatória e confortável (seção IV), de acordo com avaliação da SITAWI.

Podemos então concluir que os projetos que foram financiados, cujos custos de implantação estão sendo reembolsados por meio da emissão de Debêntures Verdes estão definidos e formalizados na escritura da emissão. Os projetos estão alinhados com a estratégia do Grupo Omega Geração e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

Gestão dos Recursos

A Omega Geração S.A. realizará a segunda emissão de debêntures simples, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, no valor de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). Dos recursos obtidos com a emissão, a totalidade será destinada para reembolso de investimentos relacionados a implantação dos empreendimentos eólicos 'Delta 7 e Delta 8' e 'CEAIII' pela emissora, que entraram em operação comercial em outubro e abril de 2019, respectivamente, e, portanto, há menos de 24 meses da data de emissão.

O empreendimento 'Delta 7 e Delta 8' foi adquirido da Omega Desenvolvimento⁶ em janeiro de 2020 por R\$ 282.836.625,96. O empreendimento 'CEAIII' foi adquirido do Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis (FIP IEER) em dezembro de 2019 por R\$ 20.000.000,00 além de incorporação de 5 milhões de ações da companhia.

A aquisição dos projetos foi comprovada através das demonstrações financeiras da empresa do 1T20 e Fato Relevante divulgado pela companhia.

A Tabela 3 indica as fontes de financiamento usadas para a implementação do projeto por seus desenvolvedores. O valor da debênture verde não ultrapassa o valor de capital próprio dos desenvolvedores investido nos projetos, não existindo o risco de que o valor dos recursos verdes e outros recursos carimbados supere o custo desses projetos.

Tabela 3 – Usos e fontes de financiamento dos projetos elegíveis (em R\$ milhões)

Projetos	Custos Totais	Capital próprio dos desenvolvedores	Empréstimo via BNB
Projetos eólicos	674,7	183,4	491,3

A escritura contém cláusulas que garantem o vencimento antecipado caso os recursos não sejam destinados conforme o estabelecido na própria emissão e aqui apresentado. É importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos se enquadram como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

⁶ Os fundos relacionados à Omega Desenvolvimento que eram acionistas de Delta 7 e Delta 8 eram FIP Lambda 3, DEV FIP IV e DEV FIP Maranhão.

Vale ressaltar que o grupo já emitiu outros dois títulos verdes no passado, que continham outros projetos como objeto, nomeadamente os projetos Delta 3 (MA) e Testa Branca (PI), cujas emissoras são a Omega Energia e Implantação 2 S.A. e a Delta 2 Energia S.A., respectivamente. Dado que a presente emissão tem como objeto projetos distintos daqueles financiados pelas debêntures verdes anteriores, não existe o risco de que o valor dos múltiplos recursos verdes alocados nos projetos supere o custo desses projetos.

Além disso, como os recursos entrarão como reembolso de gastos já realizados com a implementação dos projetos, não haverá recursos temporariamente livres que possam ser alocados em outros instrumentos financeiros. Com isso, o risco de contaminação dos recursos verdes é mitigado.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a usos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão.

Relato

A emissora se compromete a monitorar e relatar informações ambientais relacionadas aos projetos. Esses resultados serão acompanhados para garantir que a performance dos projetos permaneça alinhada aos critérios de elegibilidade dos GBP.

Os indicadores de benefícios ambientais apontados nesse relatório como prioritários - o volume de energia renovável gerado anualmente (GWh) e a respectiva emissão de GEE evitada (Mil tCO₂e), cujos valores estimados encontram-se na Tabela 2, serão apresentados anualmente pela empresa em seu website até a maturidade do título, em setembro de 2028.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*. Os indicadores estão alinhados às boas práticas internacionais e aos GBP.

IV. Performance Socioambiental dos Projetos⁷

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos financiados pela Debênture Verde, visando identificar se os planos e programas implementados são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.


IV.a. Complexos Eólicos Delta 7 e 8

Os complexos eólicos Delta 7 e Delta 8, correspondentes às SPEs Delta 7 I Energia S.A., Delta 7 II Energia S.A. e Delta 8 I Energia S.A., estão localizados no estado do Maranhão, no município de Paulino Neves, na microrregião dos Lençóis Maranhenses. No total, os dois parques eólicos contam com uma capacidade instalada de 97,2 MW. Todos os projetos se encontram em operação.

Em geral, a performance socioambiental dos parques eólicos é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental e comunidades, e satisfatória nas dimensões trabalhadores e gestão socioambiental, devido aos programas desenvolvidos através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Plano Básico Ambiental (PBA) - Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA).
- Não foram identificadas controvérsias envolvendo os projetos.

Tabela 4 - Análise da performance socioambiental dos projetos eólicos

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6): De acordo com o mapa sobre biodiversidade e áreas prioritárias para conservação, revisado e divulgado em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente, a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento abrange regiões consideradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade em grau de importância “Muito Alta” e “Extremamente Alta”. Dessa forma, algumas porções do projeto estão localizadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), a 1km do mar e próximo de lagos. Vale ressaltar que o projeto atende à Legislação vigente (Resolução CONAMA nº 369/2006, Código Florestal Lei 12.651/2012) e possui Declaração de Utilidade Pública (DUP) pelo Governo do Estado do Maranhão por meio do Decreto nº 31.848, de 7 de junho de 2016, e também DUP para fins de intervenção ou supressão de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente, na forma do art. 8º da Lei 12.651/12 por meio do Decreto nº 001, de 16 de abril de 2019. O projeto não está localizado em nenhuma área das listas de patrimônios da UNESCO ou RAMSAR.	
<p>O empreendimento possui todas as licenças aprovadas (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) do Governo do Estado do Maranhão. Para a obtenção das licenças foi elaborado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA), onde constam todos os programas ambientais desenvolvidos: Programa de Gestão Ambiental (PGA); Programa de Controle e Monitoramento de Ruídos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Plano Ambiental para Construção (PAC); Programa de Proteção ao Trabalhador e Segurança no Ambiente de Trabalho; Programa de Sinalização de Obras; Programa de Drenagem de Águas Pluviais; Programa Ambiental para Instalação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obras; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programas Ambientais do Meio Antrópico Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Educação Sexual; Programa de Diagnóstico, Prospecção e Resgate Arqueológico; Programas Ambientais do Meio Físico; Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água; Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar; Programa de Cálculo dos Campos Eletromagnéticos; Programas Ambientais do Meio Biótico; Programa de Controle de Desmatamento, Programa de Proteção e Manejo da Fauna, Projeto de Monitoramento da Fauna Alada (Avifauna e Quirópteros) e</p>	

⁷ Baseado nos oito *IFC Performance Standards* (IFC-PS), legislação brasileira aplicável e demais temas críticos setoriais identificados pela SITAWI

Projeto de Monitoramento e Conservação de Quelônios. Cada programa possui indicadores e metodologias específicas de acordo com o seu objetivo. O Estudo de Impacto Ambiental estabelece relatórios trimestrais destinados ao órgão ambiental responsável pelo monitoramento das atividades. Por fim, o empreendimento possui Cadastro Ambiental Rural (CAR), com área de 7.882,09 ha, com 2.768,09 de APP, representando 35% do imóvel, em conformidade com o Código Florestal.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** Os projetos eólicos podem causar impacto sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas não protegidas. Para a identificação dos impactos do empreendimento sobre a fauna e a flora local, a empresa utilizou-se de estudos previamente publicados como o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PARNALM), dentre outras referências da literatura. A área de influência indireta do projeto corresponde à área dos Pequenos Lençóis Maranhenses abrangendo manguezais e regiões marinho-costeiras. Dentre os procedimentos metodológicos para análise e identificação dos possíveis impactos no meio ambiente estão vistorias nas áreas que sofrerem intervenção, capturas e recapturas da avifauna, pontos de escuta e visualização da avifauna, pesquisas "in loco" com os moradores locais a respeito do período reprodutivo das espécies de quelônios (tartarugas e cágados), e outras informações obtidas por meios primários e secundários.

A fim de mitigar os impactos negativos sobre a biodiversidade que podem vir a ocorrer, os projetos contam com um Plano de Proteção e Monitoramento de Fauna e Monitoramento de Fauna Alada (avifauna e quelônios). O Programa de Fauna Alada foi iniciado na fase inicial das obras e continuará a ser desenvolvido durante toda a operação. Os pontos de amostragem foram distribuídos pela área do Complexo Eólico levando em consideração a localização dos aerogeradores (para continuidade do monitoramento durante a fase de operação) e da diversidade de ambientes, dando especial atenção para as amostragens nos ambientes lacustres no período chuvoso, que possuem uma relevante fauna de aves associada (nos períodos chuvosos).

- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3):** Os projetos eólicos Delta 7 e 8 contam com transformadores, turbinas eólicas, redes de tensão e subestações. A capacidade total instalada nos complexos é de 97,2 MW, sendo 10 aerogeradores de potência nominal de 2,7 MW no Complexo Delta 7 I; 13 aerogeradores de potência nominal de 2,7 M no Complexo Delta 7 II e 13 aerogeradores de potência nominal de 2,7 MW no Complexo Delta 8. Para a escolha dos equipamentos foram considerados critérios de ecoeficiência para otimização da geração considerando o *layout* do terreno.
 - **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3):** Os projetos eólicos Delta 7 e 8 possuem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o qual inclui classificação e descrição dos resíduos a serem gerados pelo empreendimento, coleta seletiva, transporte e destinação final. Essa última será realizada por empresas licenciadas junto ao órgão ambiental responsável. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade de 2019 da emissora, o Plano de Descomissionamento institucional está em elaboração junto a fornecedores e deverá ser finalizado em 2023.
-

Comunidades



- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Os projetos eólicos Delta 7 e 8 não envolveram disputas para aquisição de terras e reassentamento de comunidade. Para estimular o diálogo e estabelecer um canal de comunicação entre o empreendimento e a comunidade local, foi implementado o Programa de Comunicação Social. Também são divulgados boletins informativos trimestralmente com telefone e e-mail para contato direto com a empresa a fim de esclarecer eventuais dúvidas. Já o Programa de Educação Ambiental busca levar informações educativas aos trabalhadores de obra, à comunidade do entorno e a comunidade escolar da rede pública municipal de ensino de Barreirinhas e Paulino Neves. Dentre as atividades desenvolvidas voluntariamente pelo Grupo Omega, há o Programa “Janela para o Mundo”, voltado ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde o Grupo está presente. Uma das ações realizadas dentro do programa foi a construção de uma ecovia interligando Barreirinhas e Paulino Neves, reduzindo o tempo de deslocamento de bens e pessoas entre os municípios.
 - **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Os empreendimentos eólicos em questão não afetam comunidades tradicionais.
 - **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** De acordo com os questionários socioambientais respondidos pela empresa, as implementações dos empreendimentos não envolveram disputas de terras nem reassentamento involuntário de população na área de influência. Os terrenos em que os empreendimentos estão localizados são arrendados da Associação Comunitária dos Pequenos Criadores e Defensores da Natureza do Município de Paulino Neves (MA), e a empresa possui contratos de uso e superfície com seus proprietários.
-

-
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** Os projetos Delta 7 e 8 não estão localizados em áreas consideradas patrimônios históricos, culturais ou arquitetônicos. O empreendimento teve anuência do IPHAN para a emissão de sua LO e não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.
-

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os colaboradores são expostos a riscos químicos e físicos de forma intermitente, tais como: calor, ruído, radiação não ionizante, poeira respirável e exposição a óleos e graxas. Para diminuir a exposição ao risco, estes participam de treinamentos mandatórios e utilizam equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos. Há também o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Proteção ao Trabalhador, o qual se estende a todos os trabalhadores envolvidos no empreendimento, sejam eles funcionários diretos ou prestadores de serviço das contratadas e das subcontratadas. Por meio desse último programa são gerados dados e informações sobre o impacto financeiro e social do adoecimento dos trabalhadores, como uma estratégia para buscar investimentos na promoção de vigilância e da saúde e prevenção de agravos. Dados referentes a acidentes que envolvem terceiros passaram a ser monitorados e contabilizados apenas em 2020. Logo, esse dado estará disponível para divulgação apenas em 2021.
 - **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** De acordo com seu Código de Conduta, a empresa incentiva a meritocracia sem barreiras e, repudia qualquer tipo de preconceito ou discriminação, seja por cor, raça, sexo, origem étnica, idade, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica, parentesco, religião, orientação política, orientação sexual ou qualquer outro fator identitário. Este é aplicado a todos os seus empreendimentos. Além das práticas institucionais, não há práticas adicionais a nível de projeto.
-

Gestão socioambiental

 Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O Plano de Gestão Ambiental (PGA), estabelecido no âmbito do RDPA (Relatório de Detalhamentos dos Programas Ambientais) se baseia na NBR ISO 14001:2004 e conta com uma equipe técnica capacitada para a gestão e andamento do cronograma e atividades, com o objetivo de assegurar a integração das ações ambientais relacionadas à implantação e operação dos Complexos Eólicos. Para isso, estão previstas ações de execução da implantação do RDPA e atendimento das condicionantes previstas no licenciamento ambiental, através de procedimento de planejamento e controle; relatórios semestrais de acompanhamento das atividades para o órgão ambiental, dentre outras atividades. Serão apresentados relatórios semestrais para monitoramento das atividades. Os responsáveis pela gestão socioambiental estão inseridos na estrutura da empresa, sendo um biólogo e um comunicador social, respondendo à Diretoria de Meio Ambiente e à Diretoria de Gestão e Pessoas, respectivamente. Ambos realizam vistorias periódicas aos empreendimentos. Paralelamente, o Plano de Gestão Ambiental Institucional é uma atividade decorrente do Plano de Ação da empresa e será implantado a partir de 2021. Ademais, os empreendimentos não possuem certificação.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** A empresa monitora e elabora relatórios periodicamente, de acordo com o Programa Ambiental desenvolvido e seus respectivos indicadores. Os relatórios são enviados ao órgão ambiental responsável e estão disponíveis para consulta junto ao mesmo.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo os projetos eólicos que foram financiados, cujos custos e despesas estão sendo reembolsados por meio da emissão de debêntures. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados aos projetos eólicos que foram financiados, cujos custos e despesas estão sendo reembolsados por meio da emissão de Títulos Verdes, bem como para garantir que estes contribuam para o desenvolvimento sustentável.


IV.b. Complexo Eólico Assuruá III (CEA III)

O Complexo Eólico Assuruá III (CEA III), correspondente às SPEs Parque Eólico Laranjeiras III S.A. e Parque Eólico Laranjeiras IX S.A., está localizado no estado da Bahia, no município de Gentio do Ouro. Conta com 20 aerogeradores de 2,5MW, totalizando uma capacidade total de 50 MW. O projeto se encontra em operação desde 04/2019.

A performance socioambiental do projeto é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, gestão socioambiental e comunidades, e satisfatória na dimensão trabalhadores, devido aos programas desenvolvidos através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Plano Básico Ambiental (PBA) e Estudo de Médio Impacto (EMI) para a LT Laranjeiras - Gentio do Ouro II e SE Laranjeiras.
- Não foram identificadas controvérsias envolvendo o projeto.

Tabela 5 - Análise da performance socioambiental dos projetos eólicos

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6): O empreendimento não está localizado em Áreas de Preservação Permanente (APP) ou em áreas constantes nas listas da UNESCO e RAMSAR. O empreendimento possui a licença de operação Portaria INEMA nº 17.576 para o Parque Eólico Laranjeiras III S.A e a LO Portaria INEMA n 17.575 para o Parque Eólico Laranjeiras IX S.A. ambas de 2018 com validade até 2023 emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Para a emissão de todas as licenças foram elaborados Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Estudo de Médio Impacto (EMI) para a LT Laranjeiras - Gentio do Ouro II e SE Laranjeiras e Plano Básico Ambiental (PBA). <p>A LO do empreendimento define os seguintes programas como mandatórios para a sua operação: Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Proteção e Monitoramento de Recursos Hídricos, Programa de Monitoramento da Fauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Programa de Controle e Monitoramento de Ruído e de Emissão de Particulados, Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental, Programa de Educação Em Saúde, Programa de Compensação Socioambiental, Plano de Conectividade entre Componentes da Paisagem, Área Remanescente de Vegetação e Reserva Legal, Plano de Compromisso do Empreendimento para a Promoção de Parcerias Junto aos Órgãos do Poder Público e Plano de Apoio as Atividades Extrativistas. Seu cumprimento é monitorado através de relatório anual elaborado pela empresa e enviado ao órgão ambiental. Este documento não é público. O empreendimento possui CAR com 247,58 ha registrados, dos quais 50 ha de Reserva Legal, equivalente a 20,19% do imóvel, em conformidade com o estabelecido no Código Florestal.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): O empreendimento está localizado no bioma Caatinga. Para análise da flora local no âmbito do EIA foi gerado um mapa de vegetação do empreendimento, com o percurso de toda sua área, e foram consultadas referências bibliográficas sobre a região. Para a análise da fauna local foram realizadas campanhas de campo e levantamento secundário a partir de bibliografia e entrevistas com locais. Para análise do solo local foi analisado estudo anterior elaborado pela Embrapa. A análise da paisagem local se deu com caracterização topográfica e classificação do relevo. Para a fase de operação do empreendimento foram identificados os impactos de alterações no uso do solo, desenvolvimento de processos erosivos, impacto visual, recomposição de vegetação natural, alteração da fauna silvestre, alterações sobre o comportamento do meio biótico (período de reprodução, migração e nichos ecológicos), interferência na relação fauna e flora, interrupção de rotas de migração de animais (efeito barreira) e acidentes com espécies de morcegos. Para mitigação dos impactos identificados estão ativos o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Monitoramento da Fauna (com campanhas trimestrais, que levam em consideração períodos migratórios) e Plano de Conectividade entre Componentes da Paisagem, em conformidade com o exigido pelo órgão ambiental.	
<ul style="list-style-type: none">• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3): O empreendimento conta com 20 aerogeradores de 2,5 MW. Como a empresa adquiriu o empreendimento e não esteve responsável pelo seu planejamento, não escolheu os equipamentos que estão atualmente em uso. Porém, a qualidade destes foi um critério para a compra do empreendimento.	

-
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS n°3):** A geração de resíduos sólidos durante a operação de parques eólicos é pouco significativa. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes para a separação, acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos. De acordo com seu último acompanhamento (dez/2018 - out/2019) foram gerados resíduos inertes, não inertes e perigosos (óleo lubrificante usado, graxa, resto de tintas e outros) que foram todos destinados adequadamente através de empresas especializadas. Como práticas de reutilização de resíduos sólidos no período são citados o reaproveitamento de madeira tratada (paletes). O plano institucional de descomissionamento está em elaboração com previsão para 2023, de acordo com o plano de ação formalizado no Relatório de Sustentabilidade de 2019.
-

Comunidades



Confortável

- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS n°4):** Em relação a fase de operação do empreendimento, foram identificados 4 impactos no EIA sobre o meio socioeconômico, sendo 3 positivos e um negativo, respectivamente: geração de empregos diretos; limitação no uso do solo e nas atividades de produção - (considerado como positivo no EIA, com a justificativa que apenas uma pequena parcela da área ocupada se torna fisicamente indisponível para as atividades antes existentes)-; geração e aumento da arrecadação de impostos e outros recursos; poluição sonora. Como a empresa adquiriu o empreendimento em 2019, não esteve envolvida com processos de consulta pública durante seu planejamento e implementação.

Para mitigar os impactos identificados estão ativos os seguintes programas, em conformidade com o exigido pelo órgão ambiental: Plano de Controle e Monitoramento de Ruído e Emissão de Particulados, que já realizou uma campanha de monitoramento que identificou que os valores obtidos estão de acordo com a norma regulamentadora; Programa de Comunicação Social, que inclui a publicação de jornal informativo trimestral, jornal mural, informações em redes sociais, material gráfico sobre violência contra a mulher, setembro amarelo e outros temas, reuniões com a comunidade e outras ações; Programa de Compensação Socioambiental, que inclui ações de melhorias na infraestrutura com reformas de equipamentos públicos que beneficiam as comunidades nas áreas da educação, saúde e lazer; Programa de Educação Ambiental, que inclui a reelaboração da cartilha de extrativismo vegetal sustentável, o cine meio ambiente e outras ações; o Programa de Educação em Saúde, que inclui campanha de conscientização sobre a importância da saúde mental e emocional; o Plano de Compromisso do Empreendimento para a Promoção de Parcerias Juntos aos Órgãos Públicos, que inclui oficina de culinária; e Plano de Apoio às Atividades Extrativistas, que inclui a reelaboração da cartilha de extrativismo vegetal sustentável.

A empresa também possui dois programas sociais voluntários na região: o Da Raiz ao Grão, para modernização de equipamentos e capacitação de agricultores locais; e Ecolar para a instalação de sistema com tecnologia para tratamento do esgoto doméstico em mais de 190 residências locais.

- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS n°7):** Segundo informado pela empresa em questionário socioambiental, os projetos eólicos não afetam comunidades tradicionais.
 - **Reassentamento involuntário (IFC-PS n°5):** De acordo com os questionários socioambientais respondidos pela empresa, a implementação do empreendimento não envolveu disputas de terras nem reassentamento involuntário de população na área de influência. Os terrenos em que os parques eólicos estão instalados são de propriedade da Omega.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS n°8):** Foi desenvolvido o Relatório Final de Monitoramento Arqueológico a respeito do complexo eólico, para o qual foi exumado patrimônio arqueológico considerado de baixa relevância no ponto de vista quantitativo. Os inventários de bens arqueológicos coletados foram enviados ao IPHAN, que aprovou a concessão da licença de operação do empreendimento através de seu núcleo de arqueologia. Os projetos não operam em áreas listadas como patrimônio histórico-cultural pela UNESCO.
-

Trabalhadores



Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS n°2):** O empreendimento possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para avaliação de riscos químicos, físicos e biológicos presentes no ambiente de trabalho, válido até agosto de 2020. Alguns dos riscos identificados para determinados postos de trabalho incluem radiação não ionizante e ruído como riscos físicos e óleos, graxas e poeira respirável como riscos químicos. Os funcionários diretos alocados no empreendimento são contratados em regime CLT. O PPRA inclui as medidas de controle para os riscos identificados, incluindo o uso de EPIs adequados. No licenciamento ambiental não foram apresentados planos voltados a saúde e segurança dos trabalhadores envolvidos na operação do empreendimento, porém esses planos não foram exigidos pelo órgão ambiental. A empresa começou
-

a acompanhar indicadores de saúde e segurança, porém a rotina de acompanhamento ainda está em fase de estruturação. A empresa informou que, a nível de projeto, possui os serviços terceirizados de manutenção e operação (atividades-fim). Terceiros estão incluídos no monitoramento de saúde e segurança, porém como esse ainda é incipiente não há dados para comparação entre terceiros e diretos. Entretanto, a empresa informou que dado suas funções, terceiros estão mais expostos a riscos ocupacionais.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** De acordo com seu Código de Conduta, a empresa incentiva a meritocracia sem barreiras e, repudia qualquer tipo de preconceito ou discriminação, seja por cor, raça, sexo, origem étnica, idade, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica, parentesco, religião, orientação política, orientação sexual ou qualquer outro fator identitário. Este é aplicado a todos os seus empreendimentos. Além das práticas institucionais, não há práticas adicionais a nível de projeto.
-

Gestão socioambiental



- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O PBA do empreendimento previa o Programa de Gestão Ambiental (PGA), porém esse não foi exigido pelo órgão ambiental para a licença de operação do empreendimento. A gestão ambiental é feita pelos colaboradores de meio ambiente que ficam em campo por meio da verificação do cumprimento de condicionantes ambientais, vistorias diárias e acompanhamento de todos os programas propostos no PBA. Os responsáveis e supervisores pela gestão socioambiental estão inseridos na estrutura da empresa, sendo um biólogo e um comunicador social, respondendo à Diretoria de Meio Ambiente e à Diretoria de Gestão e Pessoas, respectivamente. Ambos realizam vistorias periódicas. O Sistema de Gestão Ambiental Institucional está em elaboração e será implantado nas Centrais Eólicas a partir de 2021. Ademais, o empreendimento não possui certificação.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** A empresa elabora relatórios de acompanhamento de programas ambientais e de seus respectivos indicadores que são apresentados periodicamente para o órgão ambiental. Os mesmos são padronizados, e podem ser consultados através do órgão ambiental.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo os projetos eólicos que foram financiados, cujos custos e despesas estão sendo reembolsados por meio da emissão de debêntures. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados aos projetos eólicos que foram financiados, cujos custos e despesas estão sendo reembolsados por meio da emissão de Títulos Verdes, bem como para garantir que estes contribuam para o desenvolvimento sustentável.

V. Performance ASG do Grupo Omega Geração

O Grupo Omega Geração é uma plataforma brasileira de investimentos em geração de energia dedicada a ativos operacionais renováveis, fundada em 2008. Considerando todo o portfólio da empresa em projetos de energia renovável que incluem energia solar, projetos hídricos e eólicos, a capacidade total instalada é de 1.194,9 MW, podendo chegar a 1.869 MW após o fechamento de aquisições recentemente anunciadas pela emissora. A empresa possui capital aberto na bolsa de valores de São Paulo (B3) e seus ativos estão distribuídos entre sete estados brasileiros.

A análise do Grupo Omega tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos associados aos projetos que gere. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos subjacentes sejam elegíveis a uma emissão caracterizada como Título Verde.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa para o segmento de geração de energia. Adicionalmente, pesquisaremos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia e suas SPes associadas aos projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: Grupo Omega Geração
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços de Utilidade Pública

Pontos fortes

- ✓ Geração exclusivamente de energia renovável
- ✓ Promoção e apoio a iniciativas sociais

Oportunidades de melhoria

- ! Maior diversidade em seu conselho de administração e liderança

Desempenho ASG

De modo geral, o Grupo Omega Geração obteve um desempenho ASG confortável. A análise completa se encontra na Tabela 6. Como destaque positivo está seu foco exclusivo na geração de energia renovável.

Adicionalmente, a empresa possui boas práticas sociais, com o apoio a iniciativas de promoção de qualidade de vida e desenvolvimento local onde estão instalados seus empreendimentos de geração de energia.

Por outro lado, foram identificados pontos de melhoria. O Grupo Omega pode se beneficiar por maior diversidade em seu conselho de administração e quadro de liderança, além de oferecer programas de capacitação e acolhimento para inclusão de minorias em seu corpo de funcionários.

Tabela 6 - Análise de práticas e políticas ASG

Ambiental

●●●○ Confortável

- **Uso de Recursos:** O Grupo Omega está comprometido com a gestão ambiental responsável. Para isso, a empresa implanta processos que visam diminuir sua pegada ecológica. Em relação a seu uso de água, a empresa possui torneiras de fechamento automático e válvulas de descarga com duplo acionamento, o que diminui em 50% o consumo. Devido à natureza de suas atividades, seu consumo de combustível não é significativo.

A companhia possui um portfólio com capacidade instalada de 1.195 MW, com aquisições em estágio avançado que a levarão a uma capacidade de 1.869 MW. A empresa tem compromisso com a geração de energia renovável, e 100% da sua geração já atende seu compromisso.

- **Ecossistemas:** As atividades de geração de energia desenvolvidas têm potencial de impactar a biodiversidade. Entretanto, a empresa não possui histórico de acidentes envolvendo prejuízos nesse sentido. O Grupo Omega adota medidas de monitoramento e compensação à biodiversidade de acordo com o exigido pelos processos de licenciamento ambiental de seus empreendimentos e possui compromisso de monitorar a fauna silvestre afetada por sua operação.

As atividades da empresa podem demandar o desmatamento de áreas significativas de terra para a instalação dos empreendimentos de geração de energia. Entretanto, esta não está envolvida com

controvérsias relacionadas ao tema e adota mecanismos de monitoramento e mitigação dos impactos causados sobre a flora de acordo com o exigido pelos seus processos de licenciamento ambiental, e realiza preservação de vegetação de acordo com o estabelecido no Código Florestal.

A empresa possui compromisso de cumprimento com a legislação ambiental através de sua Política Socioambiental, e as licenças de todos seus empreendimentos estão regularizadas. A empresa realiza controle das condicionantes de seu licenciamento através de planilha Excel onde estão descritas as atividades desenvolvidas para cada empreendimento, e possui planos de implementação de sistema informatizado dedicado em 2021. Todos os seus ativos possuem responsáveis pela gestão ambiental, relacionamento com a comunidade e execução de iniciativas sociais voluntárias. Estes reportam para as respectivas áreas corporativas (Meio Ambiente e Gestão Social). A empresa informou que realiza medidas preventivas para questões ambientais e, caso necessário, medidas corretivas para incidentes ambientais.

- **Gestão de Resíduos:** As operações da empresa não são intensivas na geração de efluentes líquidos e os efluentes gerados são domésticos. A empresa não possui política no tema. Os efluentes gerados são lançados na rede coletora, ou enviados para empresas licenciadas. A empresa não possui tratamento próprio e dessa forma não utiliza efluente tratado para reuso.

A vida útil dos empreendimentos de energia costuma ser entre 25 a 30 anos, período que tende a aumentar com o avanço da tecnologia. A empresa atualmente não conta com planos de descomissionamento, porém tem como meta para 2023 a apresentação do Plano de Descomissionamento institucional que está sendo elaborado junto com seus fornecedores. A Omega se responsabiliza pelo gerenciamento dos resíduos produzidos na fase de operação e encerramento das operações. Cada uma das plantas possui plano de gerenciamento específico para a gestão de resíduos, visando evitar contaminações e passivos ambientais. Em 2019, a empresa iniciou o levantamento dos indicadores de resíduos gerados em decorrência de suas operações: foram gerados 97,4 mil kg de resíduos, sendo 55% classificados como perigosos, referente à panos e trapos contendo óleo da manutenção dos equipamentos. O transporte e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos é feito por empresas locais, que possuem licença de operação e certificação válida. A empresa apoia e incentiva a reutilização dos resíduos, com iniciativas como doação de recicláveis para fornecedores locais e catadores, venda de baterias para empresas de reciclagem e tratamento de contaminados por meio de coprocessamento com aproveitamento da energia contida em fornos de cimento. A empresa não possui histórico de controvérsias relacionadas à disposição inadequada de resíduos.

A empresa possui histórico de acidentes ambientais com a queda de um aerogerador e uma pá no complexo Delta e galgamento da barragem da PCH Serra das Agulhas, descritos na tabela dedicada abaixo. A empresa informou que acidentes ambientais são raros, mas quando ocorrem são tomadas imediatamente medidas corretivas e são acionados os órgãos competentes. A empresa também realiza estudo de causas e elabora um plano de ações mitigadoras e preventivas. Todos os resíduos recebem destinação ambientalmente adequada. Os Planos Emergenciais (PAEs), que a empresa possui para suas PCHs, têm como objetivo definir o conjunto de procedimentos e ações para manter o controle da segurança nas barragens e garantir uma resposta eficaz a situações de emergência que ponham em risco a segurança do vale à jusante. Para uma implementação eficaz dos PAEs, e estabelecida a realização de treinamentos internos, testes do plano e participação de simulações de emergência em conjunto com as prefeituras, Defesa Civil e população potencialmente afetada. Ademais, a empresa realiza o monitoramento diário do nível de reservatórios. Se há detecção de risco de inundação, a empresa aciona o PAE, entra em contato com os órgãos reguladores responsáveis, a prefeitura, defesa civil, corpo de bombeiros e polícia militar, além das famílias vizinhas da PCH em questão. As famílias em zona de risco são retiradas e é disponibilizado alojamento para todos os núcleos familiares que precisarem.

Quanto à erosão, alguns componentes dos empreendimentos são suscetíveis ao fenômeno (acessos, base do aerogerador, etc). A companhia realiza vistorias e monitora periodicamente os processos erosivos em todos os ativos e faz a sua devida mitigação. Por fim, as atividades da empresa não geram quantidades significativas de poluentes atmosféricos.

- **Mudanças climáticas:** As atividades da empresa não emitem quantidades significativas de CO₂ e a empresa faz o monitoramento de emissão de CO₂ evitada por GWh de energia limpa gerada. Em 2019, foram evitadas 289,1 mil toneladas de CO₂, 86% a mais em comparação ao ano de 2018 por conta do crescimento do seu portfólio e aperfeiçoamento de seu desempenho ambiental. Adicionalmente, em 2020 a empresa emitiu *Renewable Energy Certificates* (RECs) através do seu projeto Testa Branca III (empreendimento eólico no Piauí) para compensação de suas emissões de GEE do escopo 2. A compensação foi verificada por certificadora como em atendimento a ISO 14064:2007.

-
- **Comunidades:** A Política Socioambiental da empresa inclui a prevenção e mitigação de impactos sobre comunidades locais. As atividades desenvolvidas são de baixo impacto em termos de poluição sonora e a empresa não possui histórico de controvérsias no tema. São adotadas medidas para mitigação e compensação dos impactos paisagísticos que podem ocorrer em decorrência de suas atividades no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos da empresa. A mesma informou que não se responsabiliza por impactos durante a etapa de construção, pois apenas adquire empreendimentos já operacionais.

A empresa possui histórico de conflitos fundiários no âmbito jurídico, por conta de negociações para implantação dos empreendimentos. A empresa informou que sempre realiza diagnóstico fundiário dos empreendimentos antes da aquisição e que, como adquire projetos já operacionais, não foi responsável pelos seus processos de implantação. A empresa não possui atividade próxima a comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

A companhia informou que favorece a contratação de mão de obra local e possui ações de capacitação da força de trabalho. Esta possui compromisso social público e investe em projetos com potencial estrutural e transformacional, para fomentar e movimentar a economia local por meio de aumento de renda e atividade, bem como promoção da educação. A empresa segue a premissa de ser um 'bom vizinho', princípio que orienta suas ações e projetos, buscando estabelecer um relacionamento positivo com comunidades adjacentes aos empreendimentos e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde está inserida. Os investimentos e projetos sociais são definidos a partir de diagnósticos com base em indicadores de institutos e órgãos de pesquisas oficiais, bem como diálogo com a gestão pública e as próprias comunidades. Seu programa 'Janela para o Mundo' engloba todos os projetos e iniciativas sociais voluntários da empresa, nos quais são desenvolvidas ações de acordo com a necessidade e realidade de cada comunidade, com práticas relacionadas a educação, limpeza de praias, patrimônio cultural e outros dependendo da localidade. Em 2019, foram investidos R\$ 4,1 milhões em projetos sociais.

Atualmente, nas áreas de influência direta e indireta dos empreendimentos da empresa não habitam povos indígenas e tradicionais. Porém, a empresa ressalta a relevância dessa temática e seu compromisso em seguir as determinações e boas práticas definidas pela legislação vigente e regulação aplicável e, também, analisar esses aspectos nos estudos para aquisição de portfólio.

- **Clientes:** A empresa possui em seu site uma seção "Fale Conosco" aonde há o contato da assessoria de imprensa e um formulário de contato e telefone para contato disponível para reclamações, sugestões e dúvidas. A Omega mantém registro de atendimentos feitos nas comunidades em que está presente e não possui histórico de controvérsias com clientes e/ou consumidores. A empresa não possui sistema de gestão de qualidade certificado.
- **Cadeia de Suprimentos:** A empresa utiliza mão de obra terceirizada apenas para atividades fim, na operação e manutenção de seus empreendimentos. Em seus contratos com terceirizadas, é estabelecido o cumprimento de melhores práticas de saúde e segurança e seguimento da legislação sobre o tema. No ato de contratação, a empresa verifica se os terceiros possuem formação/treinamento adequado para a função a ser desempenhada, pois só capacitam seu time próprio. A empresa possui histórico de processos trabalhistas referentes a terceiros, relacionados a temas como: retificação de cargo e salário por função desempenhada, horas extras e diferenças de verbas rescisórias. Indicadores relacionados a acidentes com terceiros passaram a ser monitorados em 2020 e, portanto, esses dados passarão a ser divulgados em 2021.

A empresa não possui política formalizada ou compromisso público sobre gestão sustentável de fornecedores e subcontratados, porém não possui histórico de penalizações no tema. Seus contratos com fornecedores seguem sua minuta padrão, incluindo cláusulas claras sobre atrasos de pagamento, multas e outros. A fim de garantir a gestão sustentável de fornecedores e subcontratados, a empresa monitora questões ambientais, saúde e segurança, além de verificação de cumprimento da legislação ambiental. Os fornecedores da Omega são comprometidos com a gestão da qualidade de seus serviços, apresentando declarações públicas e certificados relacionados a sistemas de gestão de qualidade.

- **Recursos Humanos:** A empresa não possui política formalizada ou compromisso público a respeito das condições de trabalho. Seus funcionários próprios são contratados em regime CLT. A empresa informou que realiza pagamento de todos os encargos sociais mensalmente, estando em dia com suas obrigações previdenciárias. A empresa cumpre com as normas regulamentadoras relacionadas a suas atividades (NR 10, NR 10 SEP, NR 35, NR 11e NR 33) e realiza treinamentos para essas e outras normas. Anualmente, a empresa renova os documentos de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) das empresas do grupo revisitando o mapeamento de riscos, a matriz de treinamentos, procedimentos e boas práticas da gestão de seus ativos. São realizados diálogos diários de segurança (DDS) e há um controle rígido
-

do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Em 2019 não foi registrado nenhum acidente de trabalho com funcionários próprios.

O controle de jornada dos trabalhadores é feito via Power BI com reporte semanal aos gestores, com respeito ao horário estabelecido e pagamento de horas extras (realizadas apenas quando estritamente necessário). O Grupo Omega conta com programas de incentivo à qualidade de vida, saúde e esporte, tais como: futebol semanal (programa Várzea Omega), grupo de corrida com assessoria e incentivo à participação de corridas semestrais (programa Quilometragem Omega) e aplicativo de meditação. A empresa irá iniciar seu monitoramento da satisfação de funcionários em dezembro de 2020.

A empresa não possui política ou compromisso público a respeito de liberdade sindical, porém não possui histórico de controvérsias no tema. Todos os seus funcionários estão cobertos por acordos coletivos, e não é fornecido apoio a atividades sindicais (como fornecimento de espaços para reuniões, por exemplo).

A empresa trabalha com a premissa de contratação de mão de obra local em seus empreendimentos. A empresa possui o Ciclo de Desempenho, que permite avaliar a performance e definir papéis e responsabilidades para então, revisar os pactos com seu time de trabalhadores. Os principais objetivos do Ciclo de Desempenho são consolidar a cultura da companhia, direcionar o time para cumprimento de sua estratégia, desenvolver equipes de alta performance por meio do processo de feedback construtivo e do reconhecimento de competências relacionadas a liderança, colaboração e trabalho em equipe para fomentar a entrega de resultado, entre outros. A empresa ainda possui o 'Modelo de Incentivo' que tem como objetivo atrair e reter os melhores profissionais proporcionando um ambiente de meritocracia com reconhecimento atrelado às performances diferenciadas. Os incentivos estão atrelados a metas, a avaliação de desempenho a aderência à cultura. A remuneração é definida pelo Comitê de Pessoas da Companhia, levando em consideração dados de mercado para cargos de responsabilidades similares, valor do cargo relativo às funções exercidas internamente, buscando equidade interna, experiência e maturidade na função ocupada. Os incentivos de longo prazo ocorrem por meio do Plano de Outorga de Opções, para o qual são elegíveis as pessoas que possuem resultados consistentes nas avaliações de desempenho e forte alinhamento cultural.

De acordo com seu Código de Conduta, a empresa incentiva a meritocracia sem barreiras e, repudia qualquer tipo de preconceito ou discriminação, seja por cor, raça, sexo, origem étnica, idade, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica, parentesco, religião, orientação política, orientação sexual ou qualquer outro fator identitário. Desde que foi implantando o canal de denúncia de suspeita de casos de discriminação, como uma ação do Código de Conduta, nenhum caso foi relatado. O processo de recrutamento de profissionais é imparcial, a empresa avalia requisitos técnicos, alinhamento dos candidatos à cultura e missão da Omega e aos padrões de integridade. De acordo com informações divulgadas em seu Relatório de Sustentabilidade de 2019, 36% dos colaboradores são do sexo feminino, sendo que 26% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. A empresa não oferece programa de capacitação e acolhimento para inclusão de minorias.

Governança



Superior

- **Transparência:** A empresa realiza a divulgação de suas demonstrações financeiras e a composição de seu conselho administrativo. A empresa também divulga suas principais políticas em seu site, nomeadamente a Política Anticorrupção, Código de Conduta, Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, Política de Negociação com Valores Mobiliários e seu estatuto social. Com a Política de Divulgação de Informações Relevantes, a empresa se compromete em garantir elevados padrões de transparência e equidade de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral. A companhia também divulga Relatório de Sustentabilidade com suas principais práticas socioambientais e possui uma declaração de Compromisso Ambiental em seu site.
 - **Comportamento empresarial:** O Grupo Omega possui um Código de Conduta que se aplica a todos os conselheiros, administradores, diretores e integrantes do seu time, e busca estabelecer relações com parceiros que possuam os mesmos padrões éticos e íntegros. A empresa realiza a divulgação da composição de seu conselho administrativo, sendo que 37,5% de seus membros são independentes e 12,5% mulheres (1 mulher em 8 membros). Temas socioambientais são amplamente abordados no conselho e seu presidente e seu diretor executivo da empresa não são a mesma pessoa. A companhia divulga a remuneração do conselho de administração através de seu Formulário de Referência. O critério de bonificação da empresa inclui multiplicador relacionado a atuação de forma sustentável. A empresa não possui envolvimento direta ou indiretamente em casos de controvérsias relacionado à governança corporativa. A empresa possui capital aberto na bolsa de valores de São Paulo (B3) e está listada no Novo Mercado, com comprometimento a práticas de governança corporativa da bolsa de valores brasileira.
-

A empresa possui Política Anticorrupção e um canal de ouvidoria do Departamento de Compliance para relatos ou suspeitas de casos de corrupção por parte de um integrante do time ou qualquer terceiro. O canal é terceirizado e garante anonimato do denunciante. Os casos de descumprimento da Política Anticorrupção denunciados são apurados pelo diretora de compliance, comitê de ética e/ou conselho de administração e, de acordo com a gravidade da conduta são tomadas as devidas medidas que podem envolver advertência verbal ou por escrito, suspensão, demissão, suspensão ou rescisão contratual em caso de terceiros, denúncia ou abertura de processos no caso de crimes associados. A empresa não se envolve ou patrocina atividades partidárias, práticas vedadas por seu Código de Conduta. A empresa não está envolvida em casos controversos de corrupção.

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que o Grupo Omega está envolvido casos pontuais de severidade pouco significativa (dois casos) e significativa (um caso). Seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas da empresa são efetivas.

Tabela 7 – Controvérsias envolvendo a empresa

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
Barragem de usina hidrelétrica transborda em Monjolos (2020)	Significativo: A barragem PCH Serra das Agulhas a 15km acima da cidade de Monjolos, no Rio Pardo Pequeno, transbordou com o grande volume de chuvas na região. Duas casas foram inundadas e não houve feridos.	Remediativa: A empresa prestou todos os auxílios para remoção das famílias, inclusive disponibilizando um helicóptero para tal. Em nota, a empresa informou que com a previsão de altos índices pluviométricos, ela mobilizou equipes e alertou as autoridades para se atentarem à possibilidade de novos problemas e seguirem com o Plano de Ação Emergencial (PAE) da planta do empreendimento.
Hélices se desprendem de gerador de energia eólica e caem (2020)	Pouco significativo: As hélices de um aerogerador caíram nas instalações da Omega, no município de Ilha Grande, no litoral do Piauí. O acidente não deixou feridos e não causou maiores danos à estrutura da empresa.	Remediativa: Em nota, a Omega afirmou que a empresa responsável pelo serviço de manutenção iria analisar o acidente e reparar os danos da torre o mais breve possível.
Torre eólica da GE desaba em complexo da Omega no MA (2019)	Pouco significativo: O acidente ocorreu no parque eólico Delta 6. O aerogerador que caiu é de propriedade da americana GE, que já está investigando a causa da queda. A fabricante de aerogeradores afirmou que um funcionário foi ferido e recebeu tratamento médico. No primeiro semestre de 2019, a GE teve problemas semelhantes com suas torres nos Estados Unidos e em Caetés (PE), esse último em um empreendimento de outra empresa.	Remediativa: Em nota, a Omega afirmou que auxiliou o processo de investigação em todos os aspectos, a fim de garantir a excelência prestada pelas duas empresas. Os custos de reparo e de remediação serão financiados pela GE.

Por meio dessa análise, concluímos que o Grupo Omega Geração possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. Sendo assim, concluímos que a empresa tem capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance Socioambiental dos projetos – avaliamos os projetos com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards (IFC-PS)* e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais do projeto;
 - Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
 - Controvérsias⁸ em que o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto:

Tabela 8 - Critérios para avaliação do projeto

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6)• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none">• Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4)• Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)• Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5)• Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none">• Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2)

⁸ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>) que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI⁹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 9 – Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de suprimento • Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência • Governança Corporativa • Integridade

Legendas

Nível da Asseguração

Tabela 10 - Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Moderado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Incapacidade de confirmar os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 11 – Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Baixo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Alto	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Formulário Green Bond Principles

Green Debenture

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: OMEGA GERAÇÃO S.A.

Review provider's name: SITAWI Finance for Good

Completion date of this form: 15/09/2020

Publication date of review publication: N/A

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, GRUPO OMEGA GERAÇÃO's 3rd Green Debenture contributes to sustainable development and climate change mitigation by financing the generation of renewable power (wind farms), through the implementation of power plants (operational at the time of purchase by the issuer), thus being eligible to market as a Green Bond. All GBPs are managed properly. GRUPO OMEGA GERAÇÃO has a comfortable ESG performance at the corporate level, reassuring its capacity to maintain the green credentials of the issuance. GRUPO OMEGA GERAÇÃO's projects have comfortable environmental and social performances.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The proceeds will be allocated to reimbursements of expenses related to the implementation of two operational wind energy generation projects, which were operational when purchased by the issuer. These projects

contribute to generate renewable energy to Brazil's interconnected grid and are considered eligible according to the GBP.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The Debenture's term sheet specifies the objective of the projects: operation of 2 wind energy generation projects (represented by multiple SPVs): Complexo Eólico Delta 7 I S.A, Complexo Eólico Delta 7 II S.A, Complexo Eólico Delta 8 I S.A, Parque Eólico Laranjeiras III S.A. e Parque Eólico Laranjeiras IX S.A., controlled by GRUPO OMEGA GERAÇÃO. Both projects are operational, and the list of eligible projects is equivalent to the list of selected projects associated with the bond.

These projects will reduce emissions associated with the Brazilian power grid since they have lower emission factor than the grid average. SITAWI's evaluation concluded that GRUPO OMEGA GERAÇÃO's projects display comfortable environmental and social performances and are aligned with GRUPO OMEGA GERAÇÃO's strategy.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): <i>Eligible projects were already defined before the issuance</i> |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The initial issuance amounts to R\$ 160 MM. All net proceeds from the Debenture will be destined to reimbursements of implementation expenses of 2 operational (since 2019) wind energy generation projects (each one represented by multiple SPVs). The projects were purchased by the issuer when already operational.

The purchase of the projects were proven through the company's financial statements for 1T20. The sum of financing sources used by project developers for the projects does not exceed the projects' total costs.

As all the expenses were already made (100% of proceeds for reimbursements) there are no temporary investments, and the risk of allocation to carbon intensive activities is mitigated. Also, GRUPO OMEGA GERAÇÃO has emitted two green bonds before (through Omega Energia e Implantação 2 S.A. and Delta 2 Energia S.A.), but with different projects as objects.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*): Proceeds destined to reimbursements of operational projects

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocation to individual disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Other (*please specify*): Allocation to existing investments

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): GRUPO OMEGA GERAÇÃO will disclose annually, until September 2028, on its website, the environmental and climate benefits and KPIs, namely the amount of generated energy (GWh) and avoided emissions (tCO₂e).

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*): Proceeds destined to reimbursements of operational projects

Information reported:

- Allocated amounts
- GB financed share of total investment
- Other (*please specify*): Proceeds destined to reimbursements of operational projects

Frequency:

- Annual Semi-annual
- Other (*please specify*): Proceeds destined to reimbursements of operational projects

Impact reporting:

- Project-by-project On a project portfolio basis
- Linkage to individual bond(s) Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual Semi-annual
- Other (*please specify*):

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings Energy Savings
- Other ESG indicators (*please specify*): Generated energy (GWh)

Means of Disclosure

- Information published in financial report Information published in sustainability report
- Information published in ad hoc documents Other (*please specify*):
- Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://www.omegageracao.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- Consultancy (incl. 2nd opinion) Certification
- Verification / Audit Rating
- Other (*please specify*):

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally

sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.

- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / programs.